

Coluna do Castello

Projeto de Collor não seria o de ACM

Não é provável que o presidente Fernando Collor aceite o conselho do governador Antônio Carlos Magalhães para mudar o Ministério e assim ajustar-se às forças políticas para melhor governar o país. Mudar um ou outro ministro por questões emergenciais, como tem ocorrido até agora, pode acontecer, mas mudar em função de um plano político não parece casar-se com o feitio de Collor tal como delineado por seu comportamento nos primeiros 20 meses de governo.

O que o governador da Bahia quer é que o presidente compartilhe o poder com as forças políticas que o apóiam e passe a governar em função do conjunto e não apenas de um possível projeto pessoal. Collor, no entanto, não deu mostras de receptividade para algum plano de ação que exclua a exclusividade da sua liderança. Ele quer a adesão de partidos e políticos em geral ao seu próprio programa.

Ele fez forças ao longo desses meses para ter como associados os tucanos, com os quais sente alguma afinidade, mas se seu projeto tivesse êxito por aí o provável é que o PSDB passasse a ser a matriz de um partido que não corresponderia propriamente ao projeto que o fez nascer de uma dissidência pemedebista em São Paulo, em Minas e no Paraná. Na associação os tucanos, se não tivessem uma perda, fariam pelo menos uma troca. Trocariam Mário Covas por Fernando Collor.

Aliás, de certa forma, os tucanos já passaram por uma espécie de metamorfose, ao deixarem de ser os porta-bandeiras dos professores paulistas para serem os avalistas nacionais da bem-sucedida experiência administrativa de Tasso Jereissati e Ciro Gomes, a cujo rigor na gestão dos negócios do Ceará oferecem o indispensável respaldo político em larga escala. O PSDB hoje não é só a inteligência universitária de São Paulo. Passou a ser também o pragmatismo iluminado de uma equipe de jovens políticos cearenses.

Mas a mudança parou por aí. Collor encontrou



resistência e o namoro desandou. Deve-se, em consequência, esperar que o presidente encontre no desempenho do seu governo a motivação para fazer com que dê rendi-

mentos a liderança potencial de quem arrebatou o poder mas não tem tido condições de exercê-lo de acordo com as expectativas do país. Por enquanto, seus projetos devem ser tocados no limite das possibilidades políticas negociadas em cada caso. Por enquanto, o interlocutor mais eficaz tem sido o PMDB, mesmo o PMDB de Orestes Quércia, e as coisas devem continuar por aí. Pelo menos até que uma mudança dos ventos possa justificar a retomada do provável projeto político pessoal de Fernando Collor.

As mudanças feitas no Ministério até aqui são impostas por problemas emergentes, que denunciavam a gravidade dos erros cometidos na primeira escolha. Nessa *deuxième choix* as retificações são de pessoas, não de conteúdo político. Passarinho, por exemplo, não levou consigo para o governo o PDS, mas apenas a experiência de quem chega ao Ministério pela quarta vez. Marcílio Marques Moreira é o equilíbrio e a razão para sublimar a aventura e a paixão da primeira equipe. Goldemberg afinal repõe o saber onde isso parece imprescindível, isto é, no Ministério da Educação. Nenhum deles trouxe qualquer contribuição política, qualquer apoio novo ao governo. Apenas estão nele para corrigir e melhorar o desempenho.

Se tudo der certo o presidente recompõe seu próprio retrato para pô-lo na fachada da nova força política que não pode deixar de estar na sua cabeça e no mais fundo da sua alma. Apenas é um projeto que só pode frutificar no êxito. Enquanto Collor estiver por baixo não comungará com os políticos. Quando melhorar e se melhorar, aí saiam da frente. Em suma, ele não quer subir para dividir com outros seu poder mas para projetá-lo e estendê-lo no espaço e no tempo.